

ANEXO I
PROJETO BASICO

ÓRGÃO SOLICITANTE	
Secretaria Municipal de Cultura	Processo nº: 772/2024

1. OBJETO

O presente Projeto Básico tem por finalidade estabelecer os requisitos mínimos e fixar condições a serem observadas para a contratação de serviços técnicos de engenharia e arquitetura para execução de obra de **Restauração da Capela Nossa Senhora da Conceição em Iguaba Grande/RJ**, na modalidade Concorrência, descrevendo e disciplinando todos os procedimentos e critérios que estabelecerão o relacionamento técnico entre a CONTRATADA E CONTRATANTE.

O Projeto Básico foi elaborado com base nos estudos técnicos preliminares, após o posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para atendimento da necessidade a que se destina.

O objetivo deste projeto básico é definir o “objeto” da contratação e do sucessivo contrato, ou seja, as ações voltadas à contratação de empresa especializada para realização da obra, bem como estabelecer os requisitos, condições e diretrizes técnicas e administrativas para execução dos serviços

O prazo de execução é de 12 meses de acordo com o cronograma físico-financeiro e o da vigência da contratação é de 12 (doze) meses, parte integrante deste Projeto Básico, nos termos do art. 105 da Lei Federal nº 14.133/2021, contados da emissão da ordem de serviço e da celebração do contrato administrativo, respectivamente.

Os prazos de que trata o item anterior poderão ser prorrogados na forma do artigo 105 da Lei Federal nº 14.133/2021.

1.1. Da Modalidade

- () **Pregão Eletrônico** – (Utilizada para aquisição de bens e serviços de natureza comum);
- (**X**) **Concorrência Pública Eletrônica** – (Utilizada para contratação de serviços de engenharia ou maior complexidade.);
- () **Pregão Presencial** – (Utilizada para aquisição de bens e serviços de natureza comum, onde os licitantes participam fisicamente da sessão pública);
- () **Concorrência Pública Presencial** – (Utilizada para contratação de serviços de engenharia ou maior complexidade.);

Justificativa:

A modalidade de concorrência eletrônica se destaca como uma alternativa estratégica e moderna para a realização de licitações, utilizando meios digitais que promovem maior competitividade, transparência e eficiência no processo de contratação pública. A escolha por essa modalidade se justifica pelos seguintes motivos:

- **Maior Competitividade:** A acessibilidade digital permite a participação de um número mais amplo de empresas, eliminando barreiras geográficas e ampliando a concorrência, o que favorece propostas mais vantajosas para a administração pública.
- **Transparência e Segurança:** As plataformas eletrônicas garantem maior rastreabilidade das etapas do processo, mitigando riscos de fraudes e assegurando a integridade das informações, em conformidade com os princípios da publicidade e moralidade.
- **Eficiência e Agilidade:** A tramitação digital reduz significativamente os prazos processuais e os custos administrativos, proporcionando uma contratação mais célere e desburocratizada, sem comprometer a qualidade e a legalidade.
- **Redução de Custos:** O aumento da concorrência e a simplificação dos procedimentos promovem a obtenção de propostas mais econômicas e vantajosas, assegurando o uso mais eficiente dos recursos públicos.
- **Adequação à Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021):** A nova legislação reforça a necessidade de modernização dos processos licitatórios, incentivando o uso de meios eletrônicos para garantir maior eficiência, controle e competitividade, alinhando a prática à legislação vigente.

1.2. Do Critério de Julgamento

- 1) () **Menor Preço** - quando o objeto da licitação é padronizado e não exige avaliação técnica diferenciada.
 - 1.1 () **Unitário** - Avalia o **preço por item ou unidade**, contratando o menor valor de cada parte do objeto (ex.: compra de materiais diversos).
 - (X) **Global** - Avaliação do **custo total** do objeto da licitação. Ideal para contratações onde o valor completo do contrato é o mais relevante (ex.: obras ou serviços contínuos).
- 2) () **Maior desconto** - contratação envolve fornecimento contínuo ou repetitivo, permitindo que o licitante conceda descontos sobre uma tabela oficial de preços.
- 3) () **Técnica e Preço** - contratações que exigem alto nível de especialização técnica e análise de custo.
- 4) () **Maior retorno econômico** - contratações que visam a eficiência na gestão de recursos públicos.

Justificativa:

O fracionamento do objeto não se mostra viável na presente contratação, em virtude das suas características e suas obrigatórias interações, que impossibilitariam a atribuição, a diferentes contratadas, eventual responsabilidade por danos ou por defeito de execução. Ademais, mostrar-se-ia antieconômico e por demais elevado o custo de mobilização de diferentes empresas para executar parcelas individuais e distintas dos serviços que se pretende contratar, fosse essa a escolha da Administração. Além das razões acima enumeradas, a contratação por preço global ensejará o planejamento e a racionalização do trabalho, a melhor gestão dos contratos, o adequado cumprimento de prazos e padrões de qualidade, além da atribuição de responsabilidade pelos serviços executados.

1.3. Do Regime de Execução

- (X) **Empreitada por Preço Unitário** - o contratado recebe o pagamento de acordo com a quantidade de unidades de serviço ou produto executado, com o valor unitário previamente previsto no contrato. É comum em obras de construção civil ou serviços contínuos, em que a quantidade final pode variar. O pagamento será contratado conforme a execução e medição dos serviços prestados.

() **Empreitada por Preço Global** - o contratado assume o valor total da execução do objeto do contrato, independentemente de variáveis ou imprevistas. Ou seja, o preço total do serviço ou obra é fixado de antemão, e o pagamento será feito de acordo com o cumprimento de etapas ou prazos acordados, sem a necessidade de medição detalhada do que foi executado.

() **Empreitada Integral** - é uma modalidade em que o contratado assume a execução completa e total de uma obra ou serviço, desde o planejamento até a entrega final. Diferente da empreitada pelo preço global, implica integralmente no fornecimento de todos os materiais, mão de obra e recursos necessários, tornando-se uma solução mais abrangente para a execução do projeto.

() **Contratação por Tarefa** - o contratado se compromete a uma determinada tarefa ou conjunto de tarefas específicas. O valor do contrato pode ser ajustado de acordo com a quantidade de trabalho concluído, e o pagamento é realizado de acordo com o progresso das tarefas definidas. É mais comum em serviços técnicos ou especializados de curta duração e bem delimitados.

1.4. Especificações do objeto e quantidades

As especificações do objeto encontram-se na planilha orçamentaria (Anexo I), bem como demais anexos deste Projeto Básico elaborados pelo setor técnico da Secretaria Municipal de Obras do Município de Iguaba Grande e o projeto de Restauração da Capela Nossa Senhora da Conceição, constante aos autos.

2. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A contratação de empresa especializada para a restauração da Capela Nossa Senhora da Conceição, em Iguaba Grande, justifica-se pela necessidade de preservação deste importante patrimônio histórico e cultural, conforme as normas técnicas vigentes.

O imóvel encontra-se em avançado estado de deterioração, apresentando infiltrações, sistema elétrico comprometido e diversos danos estruturais e estéticos. A ausência de reformas substanciais por vários anos resultou em desgastes significativos em suas estruturas e elementos integrados, exigindo medidas emergenciais de recuperação para evitar perdas irreversíveis.

Além de garantir a integridade física da edificação, a restauração contribuirá para a valorização cultural e turística da região, proporcionando à comunidade local e aos fiéis um espaço seguro e adequado para a prática religiosa, mantendo viva a tradição e a história do município.

A contratação dos serviços técnicos especializados busca assegurar a melhor solução para a execução da obra de restauro, garantindo uma abordagem que atenda de forma racional, econômica e eficaz às necessidades do Município de Iguaba Grande, considerando aspectos legais, técnicos, econômicos, sociais, culturais e ambientais.

Por fim, a contratação deverá observar o princípio constitucional da isonomia, assegurando a seleção da proposta mais vantajosa e promovendo a melhor relação entre qualidade e preço, em consonância com o interesse público e a preservação do patrimônio histórico local.

2.1. Descrição da Solução

Considerando que a Prefeitura Municipal de Iguaba Grande não dispõe de mão de obra especializada para a execução dos serviços de restauração da Capela Nossa Senhora da Conceição, torna-se imprescindível a contratação de uma empresa qualificada em serviços de engenharia, conforme as especificações técnicas do projeto, as normativas aplicáveis à construção civil e as diretrizes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

A solução proposta envolve a execução integral da restauração da edificação, abrangendo a disponibilização de mão de obra não exclusiva, além de materiais e equipamentos apropriados para garantir a qualidade e durabilidade da intervenção.

Todos os serviços descritos no projeto deverão ser realizados em estrita conformidade com as Normas Técnicas vigentes da ABNT, assegurando que as intervenções preservem o padrão de qualidade e sigam as melhores práticas de engenharia e restauro.

O projeto básico deve conter as seguintes especificações:

Impermeabilização: Deve ser adotado um sistema de impermeabilização eficaz, prevenindo patologias decorrentes de infiltrações e umidade, com soluções apropriadas ao tipo de edificação histórica.

Revestimentos: Os revestimentos internos e externos das paredes e tetos devem ser compostos por argamassa de areia, cimento e cal, com traço especificado em memorial descritivo, assegurando proteção adequada contra intempéries e garantindo a durabilidade da estrutura.

Pintura: A pintura interna e externa deve ser realizada com fundos preparatórios apropriados e tinta à base mineral, compatível com o tipo de edificação, garantindo acabamento durável e esteticamente harmonioso.

Esquadrias: Serão empregadas esquadrias de material resistente e de alta durabilidade. Recomenda-se o uso de vidro temperado, instalado em perfis de alumínio, visando aliar resistência, estética e o melhor custo-benefício.

Cobertura: A estrutura da cobertura deverá ser em madeira, com telhamento em cerâmica esmaltada, minimizando os riscos de infiltrações e assegurando a estética tradicional da capela.

Sistema de drenagem: O sistema de captação e escoamento das águas pluviais deve ser integrado à cobertura, direcionando as águas para o sistema de drenagem da via pública, prevenindo infiltrações e danos estruturais.

Instalações elétricas: Todo o sistema elétrico da edificação será revisado e modernizado para atender à demanda atual, utilizando materiais com boa condutibilidade e isolamento adequado, priorizando a segurança dos usuários e a eficiência energética.

3. DOS PARÂMETROS DA LICITAÇÃO

3.1. Será adotado o Sistema de Registro de Preços – SRP?

() **Sim** – Prazo de Validade da Ata: _____

OBS: Mencionar Prazo legal máximo previsto e prorrogação na NLL (o prazo máximo para validade da ata é de 12 meses, podendo ser prorrogado nos termos legais).

(X) **Não**

3.1.1 Se sim, justificativa para adoção do Sistema de Registro de Preços

Justificativa:

3.1.2 Se não, justificativa para não adoção do Sistema de Registro de Preços

Justificativa:

Considerando à natureza do objeto a ser contratado, pois demanda de uma alta especificidade técnica e mercados voláteis, que, por consequência, podem trazer limitações, comprometendo a eficiência e economicidade da contratação.

3.1.3 Da adesão à Ata de Registro de Preços, caso seja adotado o SRP.

(X) Não se aplica.

() Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

Justificativa:

ou

() **Será admitida**, durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão ser admitidos à aderir a ata de registro de preços, na condição de não participantes,

Justificativa:

Considerando a **admissão** de adesão à Ata de Registro de Preços, serão observados os seguintes requisitos:

- a) A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 14.133/21;
- b) Mediante consulta e anuência do fornecedor, desde que respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 14.133/21;
- c) A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
- d) Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- e) O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

f) Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

g) O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

h) O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos da admissão.

Dos limites para as adesões

i) As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

j) O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

OBS: Demais cláusulas no que se diz respeito Ata de Registro de Preços, estão previstas junto a Minuta Padrão de Edital contemplada no Decreto Municipal nº 2285/2024, bem como no Decreto Municipal nº 2230/2024 que regulamenta a N.L.L. e contratos administrativos.

3.2. Será adotado tratamento diferenciado a microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), conforme o disposto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 (alterado pela Lei Complementar nº 147/2014):

() **Valor referencial inferior a R\$ 80.000,00 por item** - Se o referencial de preço, obtido por meio da coleta de orçamentos (sobre a forma de coleta de orçamentos vide o tópico 5 deste modelo de TR), for igual ou inferior a R\$ 80.000,00, a 1ª tentativa de licitação será disputada exclusivamente por MEs e EPPs, nos termos do art. 48, inc. I, da Lei Complementar n.º 123/2006. Se a 1ª tentativa restar frustrada ou deserta, a(s) próxima(s) tentativa(s) será(ão) aberta(s) à ampla participação, aplicando-se somente a preferência a MEs/EPPs no caso de empate ficto (arts. 44 e 45 da LC n.º 123/2006).

(X) **Valor referencial superior a R\$ 80.000,00 por item** - Se o referencial de preço, obtido por meio da coleta de orçamentos, for superior a R\$ 80.000,00, tratando-se da contratação de serviço ou obra, aplica-se tão somente a preferência a MEs/EPPs no caso de empate ficto, em conformidade com os arts. 44 e 45 da LC n.º 123/2006. Há, ainda, a faculdade de o gestor exigir das licitantes participantes a subcontratação parcial de ME/EPP, nos termos do que dispõe o art. 48, inc. II, da LC n.º 123/2006, mas, como dito, não se trata de uma imposição, e sim de uma faculdade (opção) posta no referido dispositivo legal (sobre a subcontratação facultativa de ME/EPP)

Justificativa:

Considerando que o valor referencial obtido por meio da planilha de custos é superior a R\$ 80.000,00 por item, aplica-se o tratamento diferenciado a microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), conforme estabelecido nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações da Lei Complementar nº 147/2014.

Neste cenário, a legislação assegura a aplicação da preferência para MEs e EPPs em casos de empate ficto, promovendo a participação e a competitividade dessas empresas sem comprometer a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Portanto, a escolha desse critério busca assegurar o equilíbrio entre a participação das MEs e EPPs e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, respeitando a legislação vigente e os princípios de eficiência, isonomia e economicidade.

3.3. Haverá necessidade de vistoria prévia (visita técnica)?

(X) Sim, haverá necessidade de vistoria prévia, conforme as condições a seguir:

- a) As empresas licitantes poderão realizar a Visita Técnica. A visita técnica tem por objetivo o conhecimento das condições dos serviços e deverá ser realizada até o último dia útil anterior à data de realização do certame, e deverá ser realizada junto ao setor de engenharia da Secretaria Municipal Obras e Urbanismo, devendo a mesma ser agendada previamente através do e-mail da secretaria: seousp@iguaba.rj.gov.br
- b) A opção pela vistoria constitui direito e ônus do licitante, com vistas à elaboração precisa e técnica de sua proposta, mas que não ostenta caráter eliminatório do certame para fins de exame de habilitação. Se, facultativamente, o licitante resolver não vistoriar os locais onde serão prestados os serviços objeto da licitação, caso vitorioso no certame, não poderá alegar desconhecimento das condições dos locais como pretexto para eventual inexecução total ou parcial do contrato ou atrasos em sua implementação;
- c) O atestado de visita técnica será fornecido pela Secretaria requisitante, conforme modelo em anexo no presente Termo de Referência.
- d) O(s) responsável(eis) pelo agendamento da(s) visita(s) técnica(s) deverão assegurar-se de que a(s) concorrente(s) realize(m) visita técnica em horários distintos, conforme determinação do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.
- e) Poderão realizar a visita técnica o responsável da empresa e/ou preposto devidamente credenciados. Caso o responsável técnico a realizar a visita técnica seja sócio da empresa, este deverá apresentar no momento da visita técnica a cópia do contrato social ou documento equivalente e carteira de identificação.
- f) Caso o responsável técnico a realizar a visita técnica não seja sócio da empresa, deverá a empresa licitante credenciar devidamente este responsável, a quem competirá apresentar no momento da visita técnica instrumento de procuração e/ou credenciamento devidamente assinado pelo sócio administrador da empresa acompanhado de cópia do contrato social ou documento equivalente e de documento de identificação do sócio administrador signatário do referido documento, assim como a cópia do documento de identificação do responsável técnico (credenciado) da visita.
- g) Os licitantes que optarem pela não realização da visita técnica deverão apresentar declaração em papel timbrado da empresa de não realização da visita técnica assumindo pleno

conhecimento dos serviços a serem prestados e renúncia de questionamentos futuros inerentes a contratação devidamente assinada pelo sócio administrador e responsável técnico da empresa.

h) Ficam, desde já, as empresas cientes de que a não realização de vistoria implicará a aceitação tácita das exigências constantes neste instrumento, no Termo de Referência e todas as especificidades que contempla, inclusive naquilo que diz respeito à execução dos serviços. Portanto, não serão aceitas justificativas, em qualquer época, de desconhecimento de estado, condições do local, fatos e detalhes que impossibilitem ou dificultem a execução dos serviços ou o cumprimento de todas as suas obrigações.

Justificativa da Previsão de realização da vistoria prévia:

Considerando a complexidade e a especificidade dos serviços de restauração da Capela Nossa Senhora da Conceição, faz-se imprescindível a realização de vistoria prévia por parte das empresas interessadas em participar da licitação.

A edificação, que possui relevante valor histórico, cultural e religioso, encontra-se em estado de conservação deteriorado, apresentando patologias diversas. Esses fatores tornam a vistoria prévia essencial para garantir que as licitantes compreendam integralmente o escopo dos serviços, as condições reais da estrutura e os desafios técnicos envolvidos.

A vistoria permitirá que as empresas avaliem **in loco** as condições do imóvel, viabilizando a elaboração de propostas mais precisas e realistas, tanto em termos de metodologia de execução quanto aos custos a serem atribuídos. Isso minimiza riscos de aditivos contratuais, retrabalhos e atrasos, assegurando maior eficiência, qualidade e economicidade à Administração Pública.

Além disso, a vistoria é indispensável para garantir que a execução da obra respeite as normas técnicas vigentes, e as boas práticas de restauro de patrimônio histórico, garantindo a preservação das características originais da capela e a segurança da estrutura.

Por fim, a previsão da vistoria prévia assegura maior igualdade entre os concorrentes, permitindo que todos os participantes tenham acesso às mesmas informações sobre o estado real da edificação. Essa medida reforça o princípio da isonomia e contribui para a seleção da proposta mais vantajosa, alinhada ao interesse público e à preservação do patrimônio histórico municipal.

() **Não haverá necessidade de vistoria prévia**

Justificativa:

3.4. Será admitida a participação de consórcios?

() Sim.

(**X**) Não.

Justificativa:

Considerando que a natureza da contratação tem por objeto a prestação de serviços praticáveis por várias empresas no mercado, não será admitida a participação de empresas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, de modo a aumentar a competitividade no certame e, por conseguinte, a sua economicidade.

3.5. Será admitida a participação de cooperativas?

(X) Não

() Sim, prevendo as seguintes exigências de documentação complementar:

- a) A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
 - b) A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
 - c) A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
 - d) O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
 - e) A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e
 - f) Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:
 - 1) ata de fundação;
 - 2) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
 - 3) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
 - 4) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
 - 5) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e
 - 6) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;
- A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

Justificativa:

Pois a contratação tem por objeto a prestação de serviços específicos, cuja execução requer a prestação direta e individualizada, em conformidade com a legislação trabalhista e normas correlatas. Dessa forma, não será admitida a participação de cooperativas, tendo em vista a natureza de sua organização, que não configura relação de subordinação empregatícia entre seus cooperados e a cooperativa, além de potencial incompatibilidade com os princípios de impessoalidade, continuidade e eficiência na execução contratual. Essa disposição visa garantir a execução adequada do objeto garantindo sua eficiência e economicidade.

3.6. Será admitida a subcontratação?

(x) Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Justificativa:

A subcontratação não será admitida, considerando a natureza técnica e especializada do objeto contratual, que exige a execução direta pela contratada, em conformidade com o artigo 72 da Lei nº 14.133/2021. Essa vedação busca garantir a qualidade e a integridade do objeto, além de evitar riscos relacionados ao gerenciamento do contrato e ao desempenho de terceiros.

() **Sim**, será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Justificativa:

Considerando a admissão de subcontratação, serão observados os seguintes requisitos:

- a) () Será admitida a subcontratação parcial do objeto até o limite de% (..... por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

Condições e limites para a subcontratação:

- b) () Será admitida, sendo vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada:

Condições e limites para a subcontratação:

- c) () Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:

Condições e limites para a subcontratação:

3.6.1 Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

3.6.2 A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

3.6.3 O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

3.6.4 É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

3.7. Do agrupamento de itens em lotes

A presente contratação se dará em lotes?

(x) Não

() Sim

3.8. Condições de Participação

- a) Estejam legalmente estabelecidas e explorem ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação, devendo tal fato ser oportunamente comprovado mediante exame dos atos constitutivos da empresa;
- b) Estejam regularmente cadastradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no sítio www.gov.br/compras/pt-br.
- c) Disponham de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema licitatório a ser realizado esta contratação, bem como informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções dos gestores do sistema para sua correta utilização.

() Outras condições: _____.

3.9. Da Vedação à Participação no Certame

- a) Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente, a pessoa física ou jurídica que estejam enquadradas nas seguintes condições:
 - a1) Suspensas temporariamente de participar de licitações e de contratar com a Administração Estadual Direta e Indireta, ainda na vigência da Lei Federal nº 8.666/93 e da Lei Federal nº 10.520/02;
 - a2) Impedidas de licitar e contratar com a Administração Estadual Direta e Indireta, do Estado do Rio de Janeiro, nos termos do inciso III, e parágrafo quarto, do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/21;
 - a3) Declaradas inidôneas para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta de todas os entes federativos, na forma do inciso IV, e parágrafo quinto, do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/21;
- b) Que mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da administração ou com **agente público que desempenhe função na licitação, OU SEJA AUTOR DO TERMO DE REFERENCIA E PROETO BÁSICO E/OU ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, conforme inciso IV do artigo 14 da Lei Federal nº 14.133/21;**
- c) Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/76, concorrendo entre si, conforme o inciso V do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- d) Que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- e) O agente público da Prefeitura de Iguaba Grande, estendendo-se a vedação a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica;

f) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

g) Agente público da Prefeitura de Iguaba Grande, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do artigo 9º da Lei Federal n.º 14.133/2021.

h) Que tiverem decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado.

i) Será permitida a participação de empresa em recuperação judicial com plano de recuperação homologado pela autoridade judiciária competente, visto que nesse contexto há plausibilidade de capacidade econômico-financeira, devendo, então, demonstrar-se além da referida homologação judicial os demais requisitos para habilitação econômico-financeira.

j) Proibidas de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no artigo 72, § 8º, inciso V, da Lei Federal nº 9.605/98 (Lei dos Crimes Ambientais);

k) Empresário ou sociedade empresária cujos sócios majoritários, nos termos do inciso III, do artigo 12, da Lei nº 8.429/92, estiverem proibidos de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica (Lei da Improbidade Administrativa);

l) Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

m) Os impedimentos previstos nos itens a, b e c serão aplicados ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

n) Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum.

() Outras vedações: _____.

3.10. Da Inversão de Fases

A licitação seguirá a inversão de fases conforme o art. 17 da Lei nº 14.133/2021, julgando primeiro as propostas e, posteriormente, a habilitação do licitante vencedor?

() Sim
(X) Não

3.11. Partição de Sociedade Estrangeira

Será admitida a participação de Sociedade Estrangeira?

(X) Não será admitida a participação de sociedade estrangeira.

Justificativa:

A participação de sociedades estrangeiras será vedada em razão da natureza do objeto contratual, que requer atendimento a requisitos técnicos, normativos ou operacionais específicos ao ordenamento jurídico brasileiro. Essa vedação visa garantir o cumprimento das legislações nacionais, como as obrigações trabalhistas, fiscais e regulatórias, além de assegurar maior controle e fiscalização pela Administração Pública.

() Sim, será admitida a participação de Sociedade Estrangeira.

Justificativa:

Em caso de participação, serão aplicadas as seguintes normas para Participação de Sociedades Estrangeiras em Licitações:

a) Apresentação de Documentos de Habilitação

Sociedades empresárias estrangeiras que não possuam funcionamento no território nacional deverão apresentar documentos equivalentes aos exigidos para habilitação, conforme estabelecido no edital. Esses documentos deverão ser inicialmente apresentados em tradução livre para análise preliminar pela Comissão de Licitação ou pela autoridade competente.

b) Tradução Juramentada e Validação de Documentos

Na eventualidade de a sociedade estrangeira ser declarada vencedora do certame licitatório, os documentos exigidos para fins de assinatura do contrato deverão ser submetidos à tradução por tradutor juramentado no Brasil. Esses documentos também deverão ser apostilados, nos termos do Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou norma equivalente que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas brasileiras.

c) Representação no Território Nacional

Toda empresa estrangeira que concorrer isoladamente ou como líder de consórcio deverá informar, no momento da habilitação, o endereço de seu representante legal em território brasileiro. Esse representante deverá deter plenos poderes para receber intimações e citações, sendo obrigatória também a indicação de endereço eletrônico válido para comunicações oficiais.

d) Autorização para Funcionamento no Brasil

Sociedades empresárias estrangeiras que possuam filial, agência, sucursal ou estabelecimento em funcionamento no Brasil deverão apresentar portaria de autorização publicada no Diário Oficial da União, conforme preconizado pela Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020. Tal portaria deve estar devidamente arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localiza a filial ou equivalente, a qual será considerada como sede da empresa para efeitos legais.

4. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

4.1. Será exigida garantia de proposta?

(X) Não

() Sim

Justificativa:

A garantia de proposta não será exigida, considerando que o objeto contratual apresenta baixo valor estimado, bem como baixo risco de descumprimento ou abandono por parte dos licitantes.

5. DOS CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO

A Lei Federal nº 14.133/2021 em seu artigo 62, bem como o Decreto Municipal 2285/2024, disciplina os critérios de habilitação que devem ser observados nos processos licitatórios promovidos pela Administração Pública. Esses critérios visam assegurar a idoneidade e a capacidade dos licitantes para executar o objeto contratual, para fins de habilitação, conforme previsto acima, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

5.1. Habilitação Jurídica

- a) **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- b) **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- c) **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- d) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- e) **Sociedade por ações:** apresentação conjunta de documento de eleição de seus administradores e alteração ou da consolidação respectiva;
- f) **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- g) **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- h) **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

5.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda -**CNPJ/MF** ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- b) Prova de inscrição no **Cadastro de Contribuições Estadual e/ou Municipal**, conforme o caso, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado.
- c) Prova de regularidade para com a **Seguridade Social e a Fazenda Federal**, através da apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Positiva com Efeito de Negativa, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional em conjunto com a Secretaria da Receita Federal, que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas a a

d, do parágrafo único, do artigo 11, da Lei Federal nº 8.212/91, comprovando a inexistência tanto de débitos inscritos quanto de não inscritos na Dívida Ativa da União;

d) Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual**, através da apresentação de **Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais (ICMS)** expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda ou Distrito Federal;

e) Prova de regularidade para com a **Dívida Ativa Estadual** comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra(s) equivalente(s), tal(tais) como certidão(ões) positiva(s) com efeito de negativa(s), na forma da lei;

f) Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal**, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS) expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda .

g) Certidão da **Dívida Ativa Municipal** comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei, devidamente comprovadas documentalmente pela licitante.

h) Certificado de Regularidade de Situação perante o **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS**, expedido pela Caixa Econômica Federal – CEF.

i) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de **Débitos Trabalhistas (CNDT)** ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT.

5.3. Qualificação econômico-financeira

5.3.1. A situação econômico-financeira das empresas licitantes será avaliada da análise do balanço patrimonial, a ser apresentado na forma da lei, para que serão observados os **índices de LG = Liquidez Geral ≥ 1 , LC = Liquidez Corrente ≥ 1 , SG = Solvência Geral ≥ 1** , após a aplicação das seguintes fórmulas contábeis:

a) **LG** = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) ÷ (Passivo Circulante + Exigível a longo prazo) = igual ou superior a 1.

b) **LC** = (Ativo Circulante) ÷ (Passivo Circulante) = igual ou superior a 1.

c) **SG** = (Ativo Total) ÷ (Passivo Circulante + Exigível a longo prazo) = igual ou superior a 1.

5.3.2. Comprovação de **patrimônio líquido igual ou superior a 10%** do valor estimado para a contratação, para os dois exercícios financeiros exigíveis, será exigido somente em caso de não atendimento ao item 5.3.1.

Outros índices a serem eventualmente exigidos mediante justificativa da autoridade competente:

Justificativa:

Não se aplica.

5.3.3. Certidão negativa de falência, concordata ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica há menos de 90 (noventa) dias da data da licitação, exceto quando dela constar o prazo de validade. Considerando as observações abaixo descritas:

5.3.3.1. Para a licitante sediada na Cidade do Rio de Janeiro, esta prova será feita mediante apresentação de certidões passadas pelos 1º, 2º, 3º e 4º Ofícios de Registro de Distribuição.

5.3.3.2. A licitante, sediada em outra comarca ou estado da federação, deverá á apresentar, mediante, declaração passada pelo foro de sua sede ou qualquer outro documento idôneo que indique os cartórios ou ofícios de registro que controlam a distribuição dos pedidos de falências e concordatas.

5.3.3.3. No caso de as certidões apontarem a existência de algum fato ou processo relativo à solicitação de falência ou recuperação judicial, a empresa deverá apresentar a certidão emitida pelo foro competente, informando em que fase se encontra o feito em juízo.

5.3.3.4. Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial, caso seja comprovado, no momento da entrega da documentação exigida no presente item, que o plano de recuperação já foi aprovado ou homologado pelo Juízo competente.

5.3.4. Para fins de apresentação de balanço patrimonial, será exigido Apresentação dos balanços patrimoniais e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados **na forma da lei**, que comprovem a boa situação financeira da empresa, acompanhados dos Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário, o qual deverá estar devidamente registrado na Junta Comercial ou no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas da sede ou domicílio da empresa, ou ainda, pelo Sistema Público de Escrituração Digital (SPED). Serão considerados aceitos, como na forma da lei, o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

5.3.4.1. Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (Sociedade Anônima):

5.3.4.1.1. Publicados em Diário Oficial; ou

5.3.4.1.2. Publicados em jornal de grande circulação

5.3.4.1.3. Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante; ou

5.3.4.1.4. Por meio de registros do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).

5.3.4.1.5. Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA)

5.3.4.1.6. Por fotocópia do Livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente; ou

5.3.4.1.7. Por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

5.3.4.2. Sociedade criada no exercício em curso):

5.3.4.2.1. Fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante; ou

5.3.4.2.2. Por meio de registros do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED)

5.3.4.3. Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei Complementar nº 123/06:

5.3.4.3.1. Por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registradas ou autenticadas na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

5.3.5. As empresas optantes ou submetidas ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) apresentarão o balanço patrimonial na forma da lei e das Instruções Normativas da Receita Federal do Brasil, que tratam de Escrituração Contábil Digital (ECD), sendo que a autenticação do balanço patrimonial em formato digital será comprovada por meio do recibo de entrega emitido pelo Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), quando do envio da Escrituração Contábil Digital (ECD), nos termos do §1º do art. 78-A do Decreto Federal nº 1.800/96, incluído pelo Decreto Federal nº 8.638/16, e art. 2º do Decreto Federal nº 9.555/18.

5.3.6. Os documentos passíveis de apresentação, referidos no item 20.1, limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, na forma do artigo § 6º do artigo 69 da Lei Federal 14.133/21.

5.3.7. Os demonstrativos contábeis deverão estar assinados pelo representante legal da empresa e contabilista responsável, ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

5.3.8. Se, após a data do levantamento dos demonstrativos contábeis, tiver havido modificações contratuais que importem na alteração do patrimônio líquido, representado pelo aumento do capital social com recursos não existentes no patrimônio líquido na data do último balanço patrimonial, será esta considerada, desde que homologada pela junta comercial e acompanhada das peças contábeis que reflitam essa alteração.

5.3.9. A licitante deverá apresentar demonstração e declaração, assinada por profissional habilitado da sua área contábil, que ateste o atendimento dos índices econômico financeiros previstos e exigíveis na licitação.

5.4. Qualificação técnica

Será exigido atestado de capacidade técnica no seguinte molde:

- 5.4.1. () Comprovação, por meio da apresentação de, no mínimo, 1 (um) atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter a licitante cumprido, de forma satisfatória, a execução de objeto compatível ou com complexidade superior ao especificado no ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA –deste edital, com clara menção da execução bem-sucedida, relativamente ao cumprimento de prazos, especificações e qualidade do mesmo.

Por se tratar este Termo de referência de objeto de obras e serviços de engenharia, pode-se desconsiderar a previsão acima disposta e fazer valer o disposto junto ao Art. 67 da Lei Federal nº 14.133/21, no que versa sobre qualificação técnica para o objeto em comento, sendo aplicável a critério da Autoridade Competente os seguintes pontos caso identificado a necessidade.

- 5.4.2. (X) Será exigido como critério de qualificação técnica em atenção ao Art. 67 da Lei Federal nº 14.133/21 e ao poder discricionário desta Administração Pública respeitando a razoabilidade e apenas visando resguardar a administração pública e comprovar que a empresa esteja apta a cumprir as obrigações assumidas com a Administração Pública e, dessa forma, garantir que o serviço seja executado com a devida qualidade. Destaca-se o Acórdão 1214/2013-TCU-Plenário.

“Para que se obtenha a proposta mais vantajosa é necessária a especificação do produto ou serviço adequados às reais necessidades da Administração e a formulação de exigências de qualificação técnica e econômico-financeira que não restrinjam a competição e propiciem a obtenção de preços compatíveis com os de mercado, mas que afastem empresas desqualificadas do certame. Acórdão 1214/2013-TCU-Plenário”

Assim, sendo pertinente e adequado por não ofender os princípios licitatórios como a competitividade, isonomia e legalidade, é *prudente* a inserção de exigências relacionadas à avaliação sobre a capacidade técnica dos licitantes da seguinte forma:

Da comprovação de demonstração de capacidade técnica ao objeto da contratação refere-se a um patrimônio tombado, localizado no município de Iguaba-Grande/RJ, portanto, é uma intervenção de conservação, restauração e preservação. Como tal deve prezar pela integralidade, originalidade e garantir a autenticidade da edificação, preservando a particularidade e os valores que os tornaram patrimônio tombado. Para isso, há um entendimento técnico da necessidade de Comprovação de capacidade técnica da empresa e da equipe técnica responsável, comprovando que ambos tenham executado anteriormente de forma satisfatória execução de restauração, preservação, conservação de patrimônios tombados, sendo exigido:

- a) Quanto à capacitação técnico-operacional: apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de obra ou serviço de Restauração, adaptação ou Reforma de Prédios Tombados, compatível em características ao objeto da presente licitação.
- b) Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de atestado(s), devidamente registrado(s) junto ao conselho competente a este mister, da região onde os serviços foram executados, acompanhado(s) de Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida pelo CREA ou CAU da região pertinente, nos termos da legislação aplicável, em nome do(s) responsável(is) técnico(s), que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, relativo à execução de obra ou serviço de Restauração, adaptação ou Reforma de Prédios Tombados, compatível em características ao objeto da presente licitação.

Será exigido Parcelas de Maior relevância?

(X) Não

() Sim, para os seguintes itens:

Justificativa:

Inicialmente, observa-se que o valor referencial deste projeto se encontra abaixo dos valores comumente praticados no mercado para intervenções similares, refletindo um planejamento orçamentário pautado pela austeridade e pela racionalização dos custos. Essa circunstância reforça a inviabilidade de se destacar parcela de maior relevância, uma vez que a execução integral e simultânea das atividades previstas se apresenta como a forma mais eficaz e vantajosa para a Administração.

Ademais, ressalta-se que o escopo dos serviços propostos, cujas etapas são complementares e interdependentes. A fragmentação dos serviços para atendimento de tal exigência comprometeria a eficiência e a qualidade do resultado final almejado, sendo contrária ao princípio da economicidade e à otimização dos recursos públicos.

Diante do exposto, não será exigido parcela de maior relevância, em virtude de assegurar a execução plena e uniforme das intervenções previstas e garantindo a consecução dos objetivos estabelecidos com economicidade e eficiência.

Será exigido apresentação de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de maior relevância, nos moldes previsto no § 2º do Art. 67 da Lei Federal 14.133/21?

(x) Não

() Sim, SERÁ exigida a comprovação de quantitativos mínimos nos atestados, correspondentes aos seguintes serviços das parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, da seguinte forma:

Justificativa:

Não se faz necessário diante da não previsibilidade de parcelas de maior relevância.

Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante?

() Sim (X) Não

Justificativa:

A apresentação de atestados concomitantes não é necessária diante da não previsibilidade de parcelas de maior relevância.

Demais documentações técnicas a serem exigidas

() Não, será exigido outras documentações técnicas

(X) Sim, será exigido outras documentações técnicas, quais sejam:

a) (X) Certificado de Registro do licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, compatível com o objeto da licitação.

b) (X) Certificado de Registro do detentor ou detentores de responsabilidade Técnica e quadro técnico do licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU.

c) Prova de possuir no seu quadro permanente, na data do Certame, profissional de nível superior, **Engenheiro Civil ou Arquiteto** detentor(es) de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, demonstrando sua aptidão por já haver sido responsável técnico por atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação, acompanhado de Certidão de Acervo Técnico (CAT) expedida pelo CREA/CAU ou declaração assumindo o compromisso de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, ainda que terceirizado desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional na data de abertura das propostas, profissional(is) de nível superior, ENGENHEIRO ou ARQUITETO, reconhecido(s) pelo CREA ou CAU, detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica, devidamente registrado(s) no CREA ou CAU da região onde os serviços foram executados, acompanhados(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedidas por este(s) Conselho(s), que comprove(m) ter o(s) profissional(is), executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresa privada, que não o próprio licitante (CNPJ diferente);

d) **Apresentar comprovação de VÍNCULO TRABALHISTA do profissional responsável técnico que faz parte do quadro permanente da licitante**, conforme constante na certidão do CREA/CAU, através do contrato social ou certidão simplificada da junta comercial do estado, quando o profissional for sócio da licitante; Através da cópia da carteira de trabalho ou da ficha de registro contendo a última alteração de salário, quando o profissional for empregado; Através de contrato de trabalho com vigência dentro do prazo para execução do objeto desta licitação ou por prazo indeterminado, ou contrato de prestação de serviços e sendo o caso declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional.

Outras exigências de qualificação técnica:

1) Declaração formal em papel timbrado próprio emitido pela licitante, que no ato da execução dos serviços terá disponibilidade de equipamentos, aparelhamentos adequados, bem como de pessoal técnico adequado para a realização do objeto licitado.

6. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. LOCAL E HORÁRIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- a) Os serviços serão prestados até **20 (vinte)** dias úteis contados a partir do recebimento da ordem de serviço ou documento equivalente.
- b) Os serviços serão prestados nos locais indicados pelo contratado, quando da emissão da ordem de serviço.
- c) Os serviços serão prioritariamente prestados em horário comercial, podendo ser estendidos aos fins de semana e feriados, caso seja necessário, mediante aprovação da Contratante. Os trabalhos realizados aos fins de semana e feriados não ensejarão em cobranças adicionais à Contratante.

6.2. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

- a) Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá dispor dos equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas nos projetos e nas normas técnicas vigentes, promovendo sua substituição quando necessário.

6.3. PROCEDIMENTOS DE TRANSIÇÃO E FINALIZAÇÃO DO CONTRATO

- a) Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:
 - a) Após a finalização de todos os serviços da Ordem de Serviço, será realizada a vistoria com a emissão de relatório que descreverá os possíveis vícios construtivos encontrados e que deverão ser corrigidos pela Contratada;
 - b) A Contratada terá o prazo de 30 (trinta) dias para sanar os vícios encontrados, podendo esse período ser prorrogado, desde que autorizado pela Contratante.

6.4. GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

Será exigida garantia de execução do contrato, nos moldes do Arts 96 a 102 da Lei nº 14.133/21?

() **Não** haverá exigência de garantia contratual da execução.

(**X**) **Sim**, a contratação contará com a garantia de execução do contrato, nos moldes de apresentação de garantia previstos art. 96 da Lei nº 14.133/21, independentemente da modalidade a ser utilizada pelo prestador de serviço, o valor correspondente a esta garantia será de 5% (cinco por cento) do valor do contrato a ser pactuado em atenção ao art. 98 da Lei nº 14.133/21.

Justificativa:

A garantia de execução do contrato será exigida, conforme os artigos 96 a 102 da Lei nº 14.133/2021, para proteger a Administração Pública de eventuais inadimplementos e assegurar o fiel cumprimento das obrigações contratuais. A exigência será fixada em valor correspondente a até **5%** do valor total do contrato, conforme a complexidade e o risco do objeto contratado. A garantia visa assegurar que a contratada cumpra com suas obrigações dentro dos parâmetros acordados, podendo ser solicitada na forma de caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária.

6.5. GARANTIA DO SERVIÇO, MANUTENÇÃO E/OU ASSISTÊNCIA TÉCNICA (quando for o caso)

6.5.1. Será exigida garantia de serviço?

() Não

(**X**) Sim, em conformidade com:

- a) O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).
- b) O prazo de garantia dos serviços não poderá ser inferior a 05 (cinco) anos, conforme previsto no art. 618 da Lei Federal nº 10.406/2002 (Código Civil) e alterações, contados da data indicada no Termo de Recebimento Definitivo
- c) Art. 40, §1º, Inciso III c/c Art. 47, § 2º c/c Art. 140, § 6º DA LEI Nº 14.133, DE 2021
- d) Decreto Municipal n.º 2230/2024.

6.5.2. Considerando, a exigência de garantia do objeto a ser contratado, a eventual manutenção ou assistência técnica do serviço, se dará da seguinte forma caso ocorra:

- a) Local a ser realizado a manutenção/assistência técnica caso seja necessário: indicar local onde será feita a construção
- b) Admitido-se apenas, por tratar a natureza do objeto, qual seja: obras e serviços de engenharia o deslocamento de equipe, técnicos e qualquer mão de obra necessária para reparação diretamente no local.

Justificativa:

A garantia de serviço será exigida, conforme os artigos 96 a 102 da Lei nº 14.133/2021, para assegurar que os serviços prestados, estejam em perfeito estado durante o período de execução do contrato. A exigência de garantia visa proteger a Administração Pública contra falhas operacionais e garantir que o contratante se responsabilize por eventuais defeitos, oferecendo a cobertura necessária para reparos e ajustes durante a vigência do contrato.

7. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES

7.1 Da contratada

Obriga-se a empresa vencedora:

- a) Prestar os serviços de acordo com as especificações estabelecidas no Termo de Referência, bem como de sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;
- b) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo estipulado no Termo de Referência, os serviços prestados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, a critério da Administração;
- c) Manter preposto aceito pela Administração no local da entrega para representá-lo na execução do contrato;
- d) A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade;
- e) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

- f) Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- g) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, se for o caso estipulada no Termo de Referência, o valor correspondente aos danos sofridos;
- h) Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- i) Enviar mensalmente ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: **1)** prova de regularidade relativa à Seguridade Social; **2)** certidão conjunta relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; **3)** certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual e Dívida Ativa da PGE, **4)** certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; **5)** Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e **6)** Certidão que comprove a regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- j) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- k) Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, ou para qualificação, na contratação direta, devendo comunicar à CONTRATANTE a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;
- l) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- m) Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- n) Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;
- o) Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;
- p) Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- q) Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

- r) Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- s) Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- t) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
- u) Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
- v) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- w) Cumprir as obrigações previstas no Termo de Referência, independente de transcrição para este instrumento.

7.2 Da contratante

Obriga-se a Administração/Contratante:

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- c) Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- d) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- e) Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- f) Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- g) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- h) Responder aos eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 (trinta) dias, admitida a prorrogação motivada, por uma única vez, por igual período.
- i) Cumprir as obrigações previstas no Termo de Referência, independente de transcrição para este instrumento

8. DO CONTRATO

8.1. INSTRUMENTO CONTRATUAL

- (☒) Somente por assinatura de contrato
- (☐) Autorização de Fornecimento + Contrato de garantia e assistência técnica
- (☒) Autorização de Fornecimento / Ordem de Início de Serviço
- (☐) Outro. _____

8.2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, conforme previsto no cronograma físico-financeiro, contados a partir da data de sua assinatura, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

O prazo para início da execução do serviço será de 03 (três) dias, contados do recebimento da Autorização de Início da Obra ou Serviço, devendo ser respeitados os prazos contratual.

O prazo de vigência poderá ser prorrogado, na forma do art. 111 da Lei nº 14.133/2021, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, caso em que deverá o CONTRATANTE providenciar a readequação do cronograma fixado para o Contrato, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

8.3. PRAZO PARA ASSINATURA CONTRATO

Após a homologação da licitação, a adjudicatária será convocada para assinatura do termo de contrato no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da convocação, sob pena de decair o direito à contratação.

8.4. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO (DO CONTRATO / DO PREPOSTO / TÉCNICA)

- a) O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avançadas e as normas da Lei nº 14.133 de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- b) Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- c) As comunicações entre o órgão ou entidade e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- d) O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- e) Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da Contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da Contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8.4.1. PREPOSTO

- a) A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- b) A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

8.4.2. FISCALIZAÇÃO

- a) A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

8.4.3. FISCALIZAÇÃO TÉCNICA

- a) O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração; (Art. 21, do Decreto Municipal nº 2177, de 2023).

- b) Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;
- c) O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
- d) O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

e) Fiscal:

f) Nome: Yan Ramalho Sant'ana Neves
g) Cargo: Engenheiro Civil
h) Matrícula: 33312
i) E-mail: yan.rneves@hotmail.com

8.4.4. FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

- a) O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da Contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;
- b) Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

c) Fiscal:

d) Nome: Eva G de Souza Raimundo
e) Cargo: Administrativo
f) Matrícula: 34588
g) E-mail: vivikky@gmail.com

8.4.5. GESTOR DO CONTRATO

- a) O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais,
- b) O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- c) O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da Contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- d) O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

e) Gestor:

- | |
|---|
| f) Nome: Jose Antônio T. Carvalho |
| g) Cargo: Sub-Secretario |
| h) Matrícula: 34015 |
| i) E-mail: jose.carvalho.21@hotmail.com |

8.5 DO REAJUSTE CONTRATUAL

8.5.1. Os valores pactuados mediante contrato administrativo são fixos e irreajustáveis durante o interregno mínimo de 12 (doze) meses, observado o art. 92 §3º, da Lei Federal nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001;

8.5.1.1. Após o interregno de um ano, independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, dos índices atualizados da contratação em questão, sejam eles: EMOP / SINAP OU OUTRAS UTILIZADA NA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade;

8.5.1.2. O orçamento estimado pela Administração baseou-se nas planilhas referenciais EMOP/SINAP, ambas do mês de 08/2024 .

8.5.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.5.3. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s). Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.5.4. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.,

8.5.4.1. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.5.5. O reajuste será realizado por apostilamento.

8.6. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.6.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.6.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas, previstas no Art. 156 da Lei Federal 14.133/2021, as seguintes sanções:

- a) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato (14.1.1), sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos itens 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8 do subitem acima deste Contrato, bem como nos itens 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- d) **Multa:**
 - 1) Moratória de ... % (.... por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de (.....) dias;
 - 2) Compensatória para as infrações descritas no item 14.1 de% a ...% do valor do contrato.

TABELA DE EVENTOS			
ITEM	CONDUTA	MULTAS	BASE
1	O atraso injustificado na assinatura Contrato fora do prazo definido previamente no edital do certame e seus anexos.	Multa moratória de 0,5% por dia de atraso injustificado	Valor Adjudicado ou valor da parcela a ser contratada respectivamente, conforme o caso.
2	Não disponibilização de canal de atendimento seja telefônico ou por meio digital, inviabilizando a devida comunicação com a signatária do Contrato	Multa moratória de 0,5% duplicada na reincidência, limitada a 20%	Valor da ata ou do contrato ou parcela inadimplida
3	O atraso injustificado na entrega do objeto fora do prazo previsto no instrumento contratual, edital e anexos.	Multa moratória de 1% por dia de atraso injustificado, limitada a 20%	Valor da parcela inadimplida
4	Entrega do objeto fora das especificações técnicas estabelecidas no Termo de Referência	Multa compensatória de 5% duplicada na reincidência, limitada a 20%	Valor da ata ou do contrato ou parcela inadimplida
5	Desatender as determinações regulares da Autoridade designada para o acompanhamento e fiscalização, assim como as de seus superiores (inciso II do art. 137 da Lei Federal 14133/21)	Multa compensatória de 5% por ocorrência, limitada a 30%	Valor da ata ou remanescente
6	Efetuar Subcontratação total ou parcial do objeto não admitida no contrato ou edital e seus anexos (Inciso I do art. 137 da Lei Federal 14.133/21)	Multa compensatória de 20%	Valor da ata/contrato ou remanescente

8.6.3. A aplicação das sanções previstas neste TR não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

- 8.6.4. Todas as sanções previstas neste TR poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- a) Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)
 - b) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 8.6.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 8.6.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - b) as peculiaridades do caso concreto;
 - c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - d) os danos que dela provierem para o Contratante;
 - e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 8.6.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- 8.6.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 8.6.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)
- 8.6.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO, DO RECEBIMENTO, DA ANTECIPAÇÃO E DO PAGAMENTO

9.1. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

- 9.1.1. A avaliação da execução do objeto será realizada pelo fiscal do contrato, ao final de cada mês. Serão avaliadas as quantidades executadas e a qualidade da prestação dos serviços.
- 9.1.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- a) não produzir os resultados contratados;

- b) deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;
- c) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

9.1.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

- a) Qualidade dos serviços prestados;
- b) Quantidade dos serviços prestados;
- c) Utilização de materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, bem como sua qualidade;
- d) Procedimentos executados de acordo com as normas técnicas;
- e) Apresentação de ensaios e demais documentos técnicos comprobatórios, conforme for o caso.

9.1.4. Outros documentos poderão ser solicitados pela Contratante para dar andamento à medição, tais como: memórias de cálculos, croquis de medição, relatórios fotográficos, ensaios técnicos de materiais, relação da lista de funcionários do período, dentre outros.

9.1.5. A Contratada também apresentará a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

9.2. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

9.2.1. Os serviços ou obras serão recebidos na forma abaixo discriminada, observado o disposto no art. 140, I da Lei 14.133/21.

- a) Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;
- b) Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;

9.2.2. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

9.2.3. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

9.2.4. Os prazos e os métodos para a realização dos recebimentos provisório e definitivo serão definidos em regulamento ou no contrato.

9.3. DA ANTECIPAÇÃO DE PAGAMENTO

Será permitida a antecipação de pagamento?

() Sim

(X) Não

Justificativa:

A antecipação de pagamento não será permitida, em conformidade com os princípios da Lei nº 14.133/2021, que visam proteger o interesse público e garantir que os recursos públicos sejam utilizados de forma eficiente e eficaz. A antecipação pode representar um risco significativo para a Administração Pública, já que pode resultar em falta de garantias sobre a execução do contrato ou sobre o cumprimento das obrigações contratuais. A prática será restrita, a fim de preservar a equidade e a segurança financeira do processo.

EM CASO DE SIM:

A presente contratação permite a antecipação do pagamento do valor _____ (parcial ou total) da contratação e se justifica devido a _____. (apresentar justificativa para a previsão de pagamento antecipado, conforme § 1º do art. 145, da Lei nº 14.133/2021).

9.4. DO PAGAMENTO

- 9.4.1.** Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, por meio de crédito em conta corrente, devendo a contratada emitir o documento correspondente, sem emendas, rasuras ou borrões, legível, a fim de ser atestada e posteriormente encaminhada para pagamento, que deverá ser efetuado em até 30 (trinta) dias.
- 9.4.2.** Ocorrendo atraso no pagamento das obrigações e desde que este atraso decorra de culpa da Prefeitura Municipal de Iguaba Grande/RJ, o valor devido poderá ser acrescido de 0,1% (um décimo por cento) a título de multa, além de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida.
- 9.4.3.** Caso se efetue o pagamento devido à contratada em prazo inferior a 30 (trinta) dias, poderá ser descontado da importância devida o valor correspondente a 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.
- 9.4.4.** O pagamento da multa e da compensação financeira a que se refere o subitem anterior será efetivado mediante autorização expressa do Secretário responsável pela pasta requisitante, em processo próprio, que se iniciará com o requerimento da licitante contratada dirigido ao titular daquela Secretaria.
- 9.4.5.** Na ocasião do pagamento a ser efetuado, observadas as condições específicas da Contratada, aplicar-se-á, no que couber, o disposto na Lei Federal nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, na Lei Federal nº 8.212, de 24 de julho de 1991 e na Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, combinada com a correspondente lei municipal, com suas alterações e regulamentações posteriores.
- 9.4.6.** Na hipótese de o documento de cobrança apresentar erros, fica suspenso o prazo para o pagamento respectivo, prosseguindo-se a contagem somente após a apresentação da nova documentação isenta de erros.
- 9.4.7.** Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestada pelo(s) agente(s) competente(s).

10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas correrão à conta da dotação orçamentária:

Órgão/Unidade Orçamentária	Subação	Natureza
Secretaria Municipal de Cultura	1.13.392.004	44.90.51.00.00

11. DO VALOR ESTIMADO

- 11.1.** O valor máximo estimado será de **R\$ 970.792,95 (Novecentos e setenta mil, setecentos e noventa e dois reais e noventa e cinco centavos)**
- 11.2.** Será praticado o ORÇAMENTO SIGILOSO?
- () Sim, será praticado o orçamento sigiloso.
- (X) Não será praticado o orçamento sigiloso.

Justificativa:

O orçamento sigiloso não será adotado, pois a transparência e a publicidade dos atos administrativos são princípios fundamentais da administração pública, conforme estabelece a Constituição Federal e a Lei nº 14.133/2021. O orçamento do processo licitatório será público, permitindo que todos os interessados tenham acesso às informações, garantindo a ampla concorrência e evitando favorecimentos ou distorções nos processos de licitação. A publicidade do orçamento contribui para o controle social e a integridade do processo.



P R E F E I T U R A

IGUABA GRANDE

12. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

13. INDICAÇÃO RESPONSÁVEL NO ÓRGÃO PELOS ENCAMINHAMENTOS DE EVENTUAIS IMPUGNAÇÕES E/OU ESCLARECIMENTOS

Nome: Camila Guimarães Correa
E-mail: cultura@iguaba.rj.gov.br
Telefone institucional: 2624-3275 - PMIG.

Iguaba Grande, 09 de Dezembro de 2025.

Responsável pela Elaboração

Responsável pela Aprovação

Eva G. Souza Raimundo
Administrativo
Matricula: 37588

Barbara Braga
Secretária Municipal de Cultura
Matricula: 39249



IGUABA G R A N D E